

dos", que, na visão dos investigadores, daria base jurídica para o golpe de Estado.

Na sequência, a minuta previa a prisão dos ministros do STF Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes e do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Em relatório da investigação, a PF diz que Filipe Martins e Amour Saad fizeram ajustes na minuta do decreto e apresentaram a nova versão ao ex-presidente em 7 de dezembro de 2022.

Após os ajustes, Jair Bolsonaro teria convocado os comandantes das Forças Armadas no Palácio da Alvorada para apresentar o documento e pressionar as Forças Armadas", diz trecho do relatório.

O tenente-coronel Mauro Cid disse, na delação, que o comandante da Marinha à época, almirante Almir Garnier, teria concordado com o golpe de Estado, "colocando suas tropas à disposição do presidente", segundo a PF.

Dois dias depois da reunião, Cid enviou um áudio para o comandante do Exército, general Ivete Gomes, afirmando que Bolsonaro fez novas alterações no texto e que gostaria de conversar com o chefe do Comando de Operações Terrestres do Exército, general Estevam Theophilo.

Na visão da PF, a discussão de planos golpistas por Bolsonaro e aliados não foi um fato isolado. Ela decorre de uma estratégia anterior do ex-presidente de colocar em dúvida a lisura do processo eleitoral, lançando dúvidas sobre o funcionamento das urnas eletrônicas.

Nesse contexto, os investigadores incluíram como prova um vídeo da reunião ministerial convocada por Bolsonaro em 5 de julho de 2022. A gravação foi encontrada no computador de Mauro Cid, apreendido pela PF. De acordo com a PF, Bolsonaro incentivou o ataques de desinformação e notícias ao sistema eleitoral.

Exército prepara cela em meio a investigação sobre generais

Diante do avanço das investigações sobre um plano de golpe de Estado para evitar a posse de Lula (PT), o Comando Militar do Planalto fez ajustes em uma cela em seu prédio para se prevenir diante de possíveis prisões de oficiais de alta patente. A informação foi revelada pela revista *Folha* e confirmada pela Folha.

Generais ouvidos pela *Folha* disseram que o preparo da cela foi feito porque generais não poderiam ficar presos no Batalhão de Polícia do Exército ou no 3º Grupo de Artilharia de Campanha, organizações que não são comandadas por generais.

Um general custodiado por coronel ou tenente-coronel, na visão do Exército, pode gerar situações em que a hierarquia e a disciplina são colocadas em xeque. Para evitar isso, as celas foram designadas para o Comando Militar do Planalto, chefiado por general.

Generais ressaltam, porém, que não há informações sobre eventuais prisões de militares de alta patente diante dos depoimentos dos alunos da investigação da Polícia Federal. Segundo essas fontes, trata-se de ação preventiva do Exército.

Não há indícios, cinco oficiais-gerais de quatro estrelas foram prestar depoimento à PF nesta quinta no âmbito das investigações sobre a trama golpista.

São eles Augusto Heleno (ex-ministro do GSI), Bráze Netto (candidato a vice-presidente e filho de Jair Bolsonaro em 2022) e Paulo Sérgio Nogueira (ex-ministro da Defesa), além do almirante Almir Garnier (ex-comandante da Marinha).

Estevam Theophilo, que chefiou o Comando de Operações Terrestres do Exército até 2022, deve depor nesta sexta (23) em Fortaleza.



Apoiadores de Bolsonaro em frente à sede da Polícia Federal, onde ex-presidente foi prestar depoimento nesta quinta (22)

Marcelo Roza/Folhapress

Ex-presidente pode ser preso se incitar crime durante ato de domingo

Especialistas divergem se mera convocação da manifestação já poderia ensejar prisão preventiva

Ana Gabriela Oliveira Lima

SÃO PAULO Jair Bolsonaro (PL) pode ser preso se fizer apologia ou incitação ao crime durante manifestação convocada por ele na avenida Paulista, em São Paulo, neste domingo (23), afirmam especialistas.

Os profissionais, entretanto, divergem sobre se a mera convocação do ato já poderia ensejar uma prisão preventiva, uma vez que o ex-presidente é investigado por suposta participação em crimes de tentativa de golpe de Estado e de abolição do Estado democrático de Direito e poderia violar a paz pública durante o evento.

Para Claudio Langrova, professor de processo penal da PUC-SP, a mera convocação do ato feita por Bolsonaro é "arriscada" e pode motivar a prisão preventiva. Segundo ele, isso acontece porque o ex-presidente é, no momento, investigado pela possível participação em crimes graves contra a democracia.

Para o especialista, Bolsonaro é ciente de que existe um risco de violação da paz pública ao convocar a manifestação. Langrova também afirma que a nova convocação se relaciona com contexto anterior, em que manifestações similares teriam resultado nos ataques do 8 de janeiro.

"No caso específico dele, como está sendo investigado num inquérito policial de crimes gravíssimos contra o Estado democrático de Direito e tentativa de golpe, essas atitudes se tornam relevantes para o inquérito, podendo incidir numa prisão preventiva nos termos do artigo 319 (do Código de Processo Penal)", afirma Langrova.

Dois dias atrás, quando chamou apoiadores para o ato, Bolsonaro pediu a eles que não levassem faixas e cartazes à avenida Paulista em uma estratégia para evitar a ampliação do acionamento com o STF e ministro Alexandre de Moraes, que deve ser o principal alvo do ato e que preside inquéritos que podem levar Bolsonaro a novas condenações.

O STF foi alvo preferencial de Bolsonaro durante seu

mandato. Ele usou termos como "policialista", "acabou, porra", ligação com PT, ativismo e militância, em ataques que se intensificaram a partir de 2022, com a pandemia.

Em atos anteriores, além de atacar STF e Congresso, os apoiadores bolsonaristas levaram faixas e cartazes de apoio à implantação de um golpe no país, além de maltecer a ditadura militar (1964-1985).

De acordo com Gustavo Sampaio, professor de direito constitucional da UFPA (Universidade Federal do Pará), a simples convocação do ato por Bolsonaro não pode ensejar a prisão preventiva, uma vez que o político tem direito à livre manifestação, mesmo sendo investigado em crimes de ataque à democracia.

Para ele, entretanto, Bolsonaro poderia ser preso em flagrante, na manifestação, promovesse incitação ao crime, previsto no artigo 246 do Código Penal, ou apologia de crime ou criminoso, previsto no artigo seguinte. O especialista cita como exemplos declarações de um golpista já proferidos pelo ex-presidente, como ataques a ministros do STF e ao processo penal.

"Se começar a dizer esse tipo de coisa, a situação poderia ser interpretada como uma ameaça ao processo penal. Ele também poderia logo depois, sofrer contra si uma prisão preventiva", afirma Sampaio.

Segundo o parágrafo único do artigo 246, "incorre na mesma pena quem incita, publicamente, animosidade entre as Forças Armadas, ou ameaça ao processo penal. Ele também poderia logo depois, sofrer contra si uma prisão preventiva", afirma Sampaio.

Segundo o parágrafo único do artigo 246, "incorre na mesma pena quem incita, publicamente, animosidade entre as Forças Armadas, ou ameaça ao processo penal. Ele também poderia logo depois, sofrer contra si uma prisão preventiva", afirma Sampaio.

A pena para a incitação ao crime é de detenção de três a seis meses ou multa. A penalidade é a mesma para apologia de crime ou criminoso. Na convocação para o ato de domingo, Bolsonaro pediu em vídeo que apoiadores comparecessem ao evento sem portar "faixa ou cartaz contra quem quer que seja". Ele afirmou que pretende, no evento, se defender "de todas as acusações que têm sido imputadas à minha pessoa nos últimos meses".

Nesta quarta (21), em entrevista a um blogueiro, Bolsonaro afirmou: "Não podemos continuar vivendo aqui naquele impasse. Ah, o Bolsonaro vai ser preso amanhã. Pode ser preso a qualquer momento. Qual crime eu cometi?".

Para Langrova, mesmo com a precaução para se proteger juridicamente por meio da orientação dada aos apoiadores, o evento traz riscos, já que pode reunir dezenas de pessoas prontas para acatar palavras de ordem do político. O especialista, porém, acredita que uma prisão em flagrante seria improvável mesmo em caso de incitação ou apologia ao crime, pois a prisão no local poderia colocar a paz pública ainda mais em risco.

Apesar de ser uma hipótese nesses casos, o menor potencial ofensivo da incitação ou apologia ao crime tornaria a prisão improvável, afirma Diogo Nunes, professor de história do direito penal da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina).

A prisão pela mera convocação poderia ser aventada, mas também é pouco provável, de acordo com o especialista. Entretanto, se novos elementos concretos indicarem que a manifestação possa, de fato, trazer perigo à ordem pública, um pedido de prisão preventiva do político seria mais provável.

Maurício Zanóide, professor de processo penal da USP, afirma que a simples convocação de ato que não tenha nenhuma conotação criminal não enseja prisão, uma vez que a manifestação de pensamento é garantida pela Constituição. "O que não significa dizer que, no bojo das manifestações, o crime possa ser cometido", afirma.

"A promoção de atos de violência, de comportamentos de inobediência e de desacato ao cumprimento da legislação vigente estimula a ruptura de instituições, isso não pode ser em um contexto de manifestação política", diz.

Sobre a possibilidade de outros políticos no evento, em caso de ocorrência de crime, de inobediência ou desacato, o ministro Alexandre de Moraes afirmou que o fato de eles estarem ao lado de

Bolsonaro não quer dizer que compactuem com tudo o que for dito. Mas, se externarem um posicionamento de concordância à incitação ou apologia ao crime, podem também ser responsabilizados.

Confirmaram a participação na manifestação o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e os senadores Ciro Nogueira (PP-PI) e Marcos Pontes (PL-SP). O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, disse que deve ir ao ato. Outros aliados do ex-presidente, como a senadora Damares Alves (República), desistiram ou silenciaram sobre ir ao evento.

A *Folha* questionou Fabio Wiggart, advogado de Bolsonaro, se o ex-presidente tomara alguma precaução durante a manifestação e se avalia a possibilidade de o ato ensejar desordem pública, mas o advogado não respondeu às perguntas.

No mesmo dia, Bolsonaro divulgou um vídeo nas redes sociais dizendo que o evento é "sério, disciplinado, pacífico" e solicitando que apoiadores não marquem eventos paralelos em outras cidades. "Não marquem repito, e não compareçam em nenhum movimento fora da capital de São Paulo".

CIDADE DE SÃO PAULO

Estúdio FOLHA

Prefeitura de SP fornece sapatinhas e uniformes aos alunos de ballet do Theatro Municipal

Aponte o câmara de seu celular ou tablet e saiba mais